

O TRABALHO DOCENTE: UMA PERSPECTIVA MARXISTA**Ana Luiza Moraes Barbosa¹**
Lais Lene Oliveira Lima²¹UFJ/ ana.hayashi@discente.ufj.edu.br²UFJ/ lais_lima@ufj.edu.br**Resumo**

Este estudo teve como objetivo apresentar o conceito de trabalho docente segundo a base teórica de Marx, considerando a formação docente, a precarização da educação e a política educacional sob o neoliberalismo. Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado³ realizada no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Para compreender o objeto de estudo em questão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que se baseou em leitura, seleção e registro da literatura já produzida e ligada ao estudo proposto, considerando o caráter crítico-epistemológico. O estudo apresentou o descompasso que existe na sociedade capitalista, especialmente na esfera da educação escolar e no trabalho docente, sendo que o modelo educacional que tem o potencial transformador, conforme defende a teoria marxiana, não está concretizado no sistema educacional. Diante disso, defende-se e advoga-se por uma educação revolucionária, reconhecendo a determinação social da prática educativa e considerando a concepção dialética do processo educacional. Defende-se, então, que o domínio do conhecimento sistematizado é condição para o desenvolvimento humano e para o exercício da liberdade.

Palavras-chave: Sociedade capitalista. Trabalho docente. Educação escolar.

Introdução

O capitalismo é um sistema econômico constituído na propriedade privada dos meios de produção, sendo que as relações sociais são marcadas pelo acúmulo do capital. As características desse sistema configuram-se na propriedade privada, na acumulação do capital, no trabalho assalariado e na economia de mercado. O processo educacional está inserido no sistema econômico, sendo que para compreendê-lo e compreender a formação docente, faz-se necessário compreender a estrutura desse sistema, resgatando e debatendo sobre o trabalho e o capital.

Mascarenhas (2002) colabora dizendo que as sociedades capitalistas e contemporâneas têm sido caracterizadas por um acentuado dinamismo e ocorrência de grandes transformações nos vários aspectos que compõem a vida social, sendo que o trabalho talvez seja uma das esferas que mais tenham sofrido o impacto de todo esse dinamismo.

Sobre o trabalho, Antunes (2004) afirma que é fundamental na vida humana porque é

condição para sua existência social e resgata a obra de Marx que crítica o modo de produção capitalista e as suas determinações sociais existentes.

Assim, busca-se aprofundar, na defesa da união entre trabalho e educação, mas no sentido inverso da proposta neoliberal, na contramão de todo esse discurso educacional contemporâneo.

O objetivo desse artigo consiste em apresentar o conceito de trabalho docente segundo a base teórica de Marx, considerando a formação docente, a precarização da educação e a política educacional sob o neoliberalismo.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em leitura, seleção e registro da literatura já produzida e ligada ao estudo proposto, considerando o caráter crítico-epistemológico. Para realizar este trabalho, foi adotado o referencial teórico considerando a teoria do conhecimento materialista histórico-dialético.

Capital e trabalho docente: concepções materialistas histórico-dialética

Para iniciar a reflexão sobre o conceito de trabalho, considera-se que, para Marx e Engels (1894), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 188).

Sob essa perspectiva, compreende-se que todo homem está em contato com a natureza e é por meio dessa interação que o homem se torna ser social, sendo condição de sua existência.

A partir dessa compreensão, é necessário considerar a complexidade da configuração do trabalho diante da formação de uma sociedade capitalista, onde existe uma divisão da sociedade, em donos dos meios de produção – burguesia, a classe trabalhadora e a supervalorização da força do capital. No sistema capitalista, o poder ficou concentrado nas mãos de uma classe minoritária, a burguesia, que explora a classe majoritária, a classe trabalhadora, priorizando o acúmulo de capital, fazendo uso de recursos naturais, como as terras, que se tornaram propriedades privadas. Nessas circunstâncias, ficam claras e apresentadas as relações de poder e domínio, sendo essa uma importante questão a ser compreendida no capital.

Assim, o capital e as relações por ele impostas estão em todas as partes da sociedade, como na política, na saúde e na educação. Nesse sentido, é importante considerar como se configura a educação nesse contexto. Sobre isso, Manacorda (2000, p. 2-3) afirma que:

O homem não nasce homem: isto o sabem hoje tanto a fisiologia quanto a psicologia. Grande parte do que transforma o homem em homem forma-se durante a sua vida, ou melhor, durante o seu longo treinamento por torna-se ele mesmo, em que se acumulam sensações, experiências e noções, formam-se habilidades, constroem-se estruturas biológicas – nervosas e musculares – não dadas a priori pela natureza, mas fruto do exercício que se desenvolveu nas relações sociais, graças às quais o homem chega a executar atos, tanto ‘humanos’ quanto ‘não naturais’, como o falar e o trabalhar segundo um plano e um objetivo. Ou talvez o homem nasça homem, mas apenas enquanto possibilidade que, para se atualizar, requer, sem dúvida, uma aprendizagem num contexto social adequado.

Trata-se, portanto, da necessidade do homem de se tornar homem por meio da educação. Em outras palavras, Saviani (2004) afirma que só pode tornar-se homem se incorporar em sua própria subjetividade formas de comportamento e ideias criadas pelas gerações anteriores e retrabalhadas por ele e por aqueles que com ele convivem. Isso significa que o indivíduo da espécie humana não nasce homem; ele se torna homem, se forma homem.

Importante destacar que, de acordo com Marinho e Gomes (2018), a educação é entendida por determinados autores como apenas “instrumento de dominação da burguesia”. Caberia à escola apenas reproduzir a dominação da sociedade por meio de sua inculcação ideológica, de modo a “recalcar a ideologia proletária”. Assim, não havia meios de a educação ser instrumento da classe trabalhadora na luta contra a burguesia.

Aqui, é necessário resgatar a necessidade da educação para formação e desenvolvimento humano, defendendo que essa educação seja acessível a todos e considerando a organização da sociedade e a sua divisão em burguesia e classe trabalhadora. Assim, é possível que todos tenham acesso à educação e se desenvolvam, sendo essa uma educação que conscientiza sobre as divisões de classes e desenvolva o humano considerando todas suas potencialidades, não apenas o capacitando para o mercado de trabalho. Assim, Manacorda (2000, p. 18-9) defende que:

Na origem dessa opção pedagógica, está a hipótese histórica da divisão do trabalho e da conseqüente divisão não apenas da sociedade em classe, mas também do próprio homem, encerrando como está cada um em sua unilateralidade, está também a exigência da recuperação da unidade da sociedade humana em seu todo e da onilateralidade do homem singular, numa perspectiva que une, ainda que num rápido aceno, fins individuais e fins sociais, homem e sociedade.

Para Manacorda (2000), Marx constatou que a divisão do trabalho enfraquece a

capacidade de cada homem individualmente considerado, e comporta o debilitamento e o empobrecimento da atividade individual, sendo importante analisar e considerar as questões sociais, a produção, a exploração, a divisão de trabalho e de classes e os interesses da burguesia diante da educação. Ou seja, considerar todos os contextos envolvidos na questão pedagógica e pensar na educação acessível a todos, inclusive a classe trabalhadora, ou seja, por meio do ensino público.

Vaz e Favaro (2010, p. 512) colaboram dizendo que o trabalho docente na sociedade capitalista enfrenta desafios em todos os níveis da esfera humana, como econômico, político, social, cultural e educacional. Essas esferas estão interligadas e contribuem para a formação de políticas educacionais públicas para atender aos interesses do capital, preocupando-se com a formação para o trabalho sem oferecer fundamentos e legitimidade para a valorização desse profissional na sociedade. Vaz e Favaro (2010, p. 512) esclarecem que:

Isso afeta também o professor e seu ato de ensinar. As responsabilidades que hoje são atribuídas ao professor ultrapassam o âmbito pedagógico, indo além do ensinar. Ele enfrenta questões político-sociais, tendo que se envolver em questões familiares, lidar com a drogadição, a violência e outros problemas que permeiam o espaço escolar. Deixa assim de ser um profissional cujo objetivo é ensinar, esvaziando-se de sua real função e perdendo-se em meio a situações que ultrapassam suas possibilidades de atuação. As próprias políticas educacionais apostam no protagonismo individual do professor, para solucionar os problemas escolares.

Fernandes (2019) defende que, se a educação socialista fosse consolidada, não haveria a necessidade de lutar contra a desigualdade nem contra a opressão, pois, em uma sociedade socialista, não há a relação de oprimido e opressor pelo fato de não existir desigualdade de classes.

O que a pedagogia marxiana defende é a compreensão da influência da sociedade sobre o ensino. Partindo dessa compreensão é possível que a classe trabalhadora lute contra a hegemonia burguesa e busque revolucionar todo o sistema educacional, tornando o ensino público, gratuito e com construção do pensamento crítico e emancipatório. Assim, seria possível revolucionar todo o modo de produção.

Importante considerar que, para que essa pedagogia aconteça, é de suma importância o papel do professor. Sendo assim, é preciso compreender e refletir sobre o trabalho docente na sociedade e na luta de classes.

Ao partir do pressuposto de que a escola tem fundamental importância para o

desenvolvimento humano, é necessário compreender questões relacionadas ao trabalho docente na sociedade capitalista. Outra premissa necessária que se tem é a de compreender os limites e as possibilidades do seu papel na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, é importante considerar, conforme afirma Gonçalves (2018, p. 53), que:

O ponto de partida é a compreensão histórica da educação na sociedade moderna, tomando como base os fundamentos do liberalismo e a defesa da universalização da educação, segundo os interesses da sociedade burguesa. Nessa mesma perspectiva, segue uma análise dos objetivos da burguesia sobre os fundamentos da educação no aspecto de preparar os indivíduos para aceitar a sociedade de classe, o regime de exploração do trabalho e as normas jurídicas nas teorias da organização dos estados nacionais. Em uma concepção antagônica, estão os princípios dos comunistas para superação do modo de produção capitalista, com aporte no materialismo histórico e na dialética materialista para educação das massas no sentido de conhecer, reconhecer-se, organizar-se e se rebelar contra o sistema, visando a superá-lo, para construção de uma nova ordem social que tenha por objetivo a real emancipação humana.

Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho. A partir dessa compreensão de que a educação se situa na categoria de trabalho não material, é importante pensar no trabalho pedagógico.

É importante destacar que existe uma degradação do papel da educação e do papel docente, minimizando a sua importância e defendendo sua funcionalidade para a formação da mão de obra para servir a sociedade do capital. Duarte (2010) colabora dizendo que o conhecimento mais valorizado na escola passa a ser o conhecimento tácito, cotidiano, pessoal. Então, o trabalho do professor deixa de ser o de transmitir os conhecimentos mais desenvolvidos e ricos que a humanidade vem construindo ao longo de sua história. Assim, o professor deixa de ser um mediador entre o aluno e o patrimônio intelectual mais elevado da humanidade para ser um organizador de atividades que promovam o que alguns chamam de negociação de significados construídos no cotidiano dos alunos. Nesse mesmo aspecto, Fernandes (2019, p. 61) colabora dizendo que:

[...] um primeiro ponto essencial é o que diz respeito à tradição cultural brasileira e ao que ela tem representado na limitação do horizonte cultural do professor, menos na teoria que na prática. Se nós comparássemos o professor ao proletário, que preocupou as reflexões de Marx naqueles célebres manuscritos de 1844, diríamos que o professor foi objetificado e ainda o é na sociedade brasileira. Essa afirmação é curiosa, porque se ele não trabalha com as mãos, é um intelectual. É preciso tentar compreender essa brutalização cultural, que se faz desde o passado mais longínquo, e que chegou e ainda

chega a ser tenebrosa com relação a professores, por exemplo, que se dedicam ao ensino de crianças – as célebres professoras primárias.

Na medida em que o trabalho docente passou a ser considerado como um serviço, e o conhecimento reconhecido como uma força produtiva, o processo educacional passou a ser considerado uma mercadoria importante. Além disso, a educação, enquanto mercadoria, precisa dar lucros.

Assim, o trabalho docente está sendo desrespeitado, degradado e minimizado, o que tem resultado no esgotamento profissional e pessoal. Outra questão é que os problemas da educação escolar estão sendo atribuídos aos docentes, pois são deles que são cobradas estratégias para solucionar os problemas, tirando, assim, a responsabilidade das políticas públicas e do modo operante da sociedade do capital.

Nesse sentido, Duarte (2010) defende que as novas pedagogias assumiram novos sentidos dados, especialmente, pelo contexto ideológico no qual predomina uma visão de mundo pós-moderna acrescida de elementos neoliberais. De fato, Vaz e Fávaro (s/d, p. 519) afirmam que:

Constata-se em meio aos professores, em muitas situações, um sentimento de desvalorização e descrença quanto à importância de seu trabalho no processo pedagógico, quando sabemos que é da maior relevância e significância no processo de ensino-aprendizagem. É inconcebível não considerar nesse trabalho a importância da apropriação de novos conhecimentos e de uma nova postura diante da realidade histórico-cultural de seus alunos. Não é o que ocorre na sociedade capitalista, que aliena o trabalho do professor, descaracterizando sua função educativa.

Diante disso, é importante resgatar as propostas da pedagogia e da educação e as suas contribuições para a formação de professores, considerando a necessidade de uma educação completa, possibilitando uma proposta pedagógica que proporcione o desenvolvimento integral e que contribua para transformar o homem.

Assim sendo, o processo educacional revela-se como meio do qual pode-se desenvolver o conhecimento crítico para compreender o sistema do capital, de modo a desdobrá-lo a serviço da emancipação da classe trabalhadora.

Para que a educação se desenvolva, é importante considerar o papel do professor, conforme Marinho e Gomes (2018, p. 30):

[...] isso significa que o trabalho educativo do professor deve desempenhar-se como uma atividade mediadora à medida que selecione os conteúdos – os signos – que sejam essenciais a serem transmitidos às novas gerações e organiza essa atividade pedagógica de modo que o indivíduo tenha condições de fazer dela ‘órgãos de sua individualidade’, ou seja, tornar suas aptidões, as capacidades que estão em repouso nesses objetos, nesses conteúdos escolares.

Para Fernandes (2019), o trabalho do professor, sem essa formação política que estruture seus pensamentos críticos como cidadão participante ativamente da sociedade democrática e capitalista, foi encaminhado eticamente pela importância da neutralidade das suas ações. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre o trabalho docente, resgatando conforme definido por Marx, pois o trabalho de educar é atravessado por questões históricas e por processos sociais, e tais mecanismos compõem, controlam e oprimem, conforme Fernandes (2019, p. 37-38):

O que prevalece sobre a atuação do professor é o ser cidadão, pois, diferente disso, sem o fortalecimento da figura do cidadão da atividade de professor, qualquer forma de dominação e manipulação seria facilmente incorporada em sua função. O ser cidadão, portanto, é essencial na prática docente porque esse traço na formação do professor é fundamental para que ele entenda sua realidade e a importância do seu papel ante a comunidade que o adorna. O professor precisa ser ‘professor-cidadão’ e um ‘ser humano rebelde’ (grifos no original).

Nesse momento, é importante resgatar sobre a proposta pedagógica marxiana refletida por Manacorda (2000, p. 43):

O trabalho ocupa um lugar central na proposta pedagógica marxiana e, como – no que se refere especificamente à pedagogia – é possível, talvez, com ou sem razão, iludir-se de que se sabe o que é ou possa ser ensino, é no entanto, mais difícil ter ou acreditar ter uma ideia precisa sobre o que seja o trabalho, apesar da secular experiência que dele se tem e, como, acima de tudo, não parece que o conceito preciso de Marx sobre o trabalho tenha sido compreendido por muitos, eis que compreender o que propriamente seja esse trabalho torna-se pressuposto para toda justa interpretação e colocação histórica da sua proposta.

Concomitantemente a essa questão do trabalho, está também o problema do sistema educacional como sistema pensado e criado pela burguesia. Isso significa que, de acordo com Fernandes (2019), os currículos e a ideologia hegemônica de caráter burguês nunca possibilitariam aos trabalhadores condições de acesso e permanência estudantil. As medidas controladas pelo Estado ofereceriam transformações superficiais que não modificariam os

principais dilemas educacionais brasileiros concretos.

Nesse caso, Fernandes (2019) defende que o papel do professor junto à comunidade escolar (alunos, funcionários e comunidade), além de promover relações e criar ambientes de formação democrática, seria meio de formar o coletivo consciente das suas condições e de esclarecer seu papel em uma sociedade de classes. A atuação do professor como mediador entre os conteúdos ministrados e o aluno seria fundamental para formar o estudante, filho da classe trabalhadora, sem os alienar, deformar e adestrar como se fosse objeto a serviço exclusivo do capital. Gonçalves (2018, p. 61) colabora dizendo que:

As transformações do velho regime aos princípios da sociedade burguesa trouxeram o conteúdo da liberdade, da defesa de uma educação para todos e da defesa da ciência e tecnologia, mas contraditoriamente, a separação entre fazer e o pensar. Na prática, essa separação fica da seguinte forma: ciência para quem pensa e tecnologia para quem desenvolve o trabalho, sem possibilidade de reflexão sobre suas próprias atividades. O trabalhador não pode pensar porque ele fica desprovido do produto do seu trabalho.

Nesse sentido, Manacorda (2000) traz a contribuição que, na observação inicial de Marx sobre a “dificuldade” especial e inerente à relação escola-sociedade – ou, como diz, à relação entre “condições sociais” e “sistema escola” – como relação de tipo particular, que supõe um condicionamento recíproco, responde à proposta de ratificação e limita a discussão ao problema de quem deve controlar e financiar o ensino. Contém uma advertência para não confiarmos demasiado nas possibilidades revolucionárias de um sistema escolar face à sociedade, da qual é produto e parte, mas, ao mesmo tempo, também para eliminar qualquer adiamento pessimista e falha na intervenção neste setor somente após a revolução, ou seja, quando as estruturas sociais já foram modificadas. Portanto, Manacorda (2000, p. 101) defende que:

A tese de Marx é clara: ‘matérias que permitem uma interpretação de partido ou de classe’, que, como a economia política e a religião, ‘permitem conclusões diferentes’ não devem ser admitidas nas escolas de qualquer grau. Na escola, deve-se ensinar matérias como ciências naturais e a gramática, que ‘não variam quando ensinadas por um crente ou por um livre pensador’; todo o resto os jovens devem assimilar da própria vida, do contato direto com a experiência dos adultos. Perante uma tese tão firme deve-se discutir preliminarmente a nota de edição russo-alemã. Parece-nos que não se pode

reduzir a questão ao fato de que Milner¹ tivesse proposto que a ‘escola burguesa da época’ transmitisse conhecimento de economia política e que isto era inaceitável do ponto de vista do proletariado porque reforçaria a influência burguesa sobre as jovens gerações. Uma interpretação deste tipo não apenas torce um pouco o sentido de Milner, que, certamente, não teria falado explicitamente da escola ‘burguesa’, mesmo que esta fosse a consequência inevitável da sua proposta, mas reduz a tese de Marx a um mero expediente tático, quando já vimos o quanto para Marx, na verdade, ela constituía uma questão de princípios² (grifos no original).

Assim, Fernandes (2019, p. 87) defende que seria preciso:

[...] deslocar uma reflexão utópica abstrata para um circuito realista, que vincule a consciência de transformação a uma ação prática inconformista ou rebelde. É exatamente isso que o professor está tentando fazer agora. É claro que não é a massa dos professores. Não são todos os professores. Pode ser uma minoria, mas é essa minoria que está levando à frente um processo novo.

Isso significa que é importante considerar que o papel do professor está posto como um desafio onde a tarefa principal é garantir a educação a todos, mas principalmente garantir que aqueles que estão em uma classe social menos favorecida tenham acesso à educação de qualidade e educação pública. O papel do professor é acolher e mediar a compreensão da vida e da aprendizagem, pois não é possível separar a educação e a vida. Dessa forma, o professor necessita construir constantemente a sua experiência e processos de aprendizagens, porque o processo educativo é constante e cheio de experiências práticas que acontecem no cotidiano. Nesse caso, Saviani (2007, p. 21) defende que:

[...] o saber que diretamente interessa à educação é aquela que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente. O fenômeno anteriormente apontado manifesta-se desde a origem do homem pelo desenvolvimento de processos educativos inicialmente coincidentes com o próprio ato de viver, os quais se foram diferenciando progressivamente até atingir um caráter institucionalizado cuja forma mais conspícua se revela no surgimento da escola.

¹ Segundo Manacorda (2000), a proposta de Milner é de que a escola transmita um ensino de economia política (e Milner pensa em uma determinada teoria de economia política). Marx replica, com firmeza, excluindo de partida que esse tipo de argumento tenha algo a ver com as questões escolares; em suma, nem sequer deveria constar da ordem do dia.

² Segundo Manacorda (2000), enquanto o ponto de vista do proletariado é preciso afastar toda utilização política da escola por parte do Estado burguês, essa utilização se torna lícita por parte de um Estado proletário.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, além de todo o sistema educacional e a função docente, existe a compreensão do trabalho. A revalorização do papel econômico da educação pode ser reconhecida na própria origem da escola pública como escola de massas. Nesse caso, Gentili (2005, p. 52-53) constata, em meio aos professores:

A ênfase no papel produtivo dos processos de escolarização não estará dissociada, neste enfoque, das outras funções integradoras que a escola deveria exercer. A Teoria do Capital Humano estabelecerá assim um vínculo quase linear nas possibilidades integradoras do aparo escolar: o desempenho escolar no exercício da sua função integradora no campo econômico será interpretado como um requisito essencial para um desempenho também eficiente das funções de integração cultural, políticas e social promovidas pelo sistema educacional. Em outras palavras, se a escola não consegue realizar o seu papel como instância de integração cultural, política e social se verão comprometidas, impedindo o desenvolvimento efetivo dos indivíduos e das nações.

Importante considerar que, ao se falar em educação, torna-se necessário compreender o papel do professor, assim como a teoria do capital humano, analisando as questões da empregabilidade e o seu caráter limitador. Gentili (2005, p. 55) afirma que, nessa perspectiva:

[...] o indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A sua possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em ‘consumir’ aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção. Assim, o conceito de empregabilidade se afasta do direito à educação: na sua condição de consumidor o indivíduo deve ter a liberdade de escolher as opções que melhor o capacitem a competir.

Ou seja, para Gentili (2005), a empregabilidade acaba com a concepção do emprego e da renda. Assim, o indivíduo pode possuir determinadas condições de empregabilidade e nem por isso garantir sua inserção no mercado de trabalho. O que torna concretas as oportunidades de emprego e renda não é o *quantum* de empregabilidade que possuem, mas sim a maneira como, em uma lógica competitiva, essa empregabilidade é colocada em prática na hora de concorrer pelo único emprego.

Nesse contexto, é importante refletir sobre a “promessa” de que a escola garante acesso das pessoas ao mercado de trabalho, pois não são todos que conseguem espaço no mercado competitivo. Deve-se compreender que existe um descompasso na sociedade capitalista, especialmente na esfera da educação escolar. Ou seja, o capitalismo “controla” para que as

necessidades da classe trabalhadora não extrapolem e não atrapalhem o capital.

Percebe-se que o modelo educacional que tem o potencial transformador, conforme defende a teoria marxiana, não está concretizado no sistema educacional, pois a sociedade burguesa continua criando inúmeras estratégias que visam manter os filhos dos trabalhadores longe dos conhecimentos que podem torná-los uma ameaça real e iminente à ordem social.

Considerações finais

O trabalho docente foi debatido, considerando o contexto do capital e as dificuldades impostas por ele e pelo discurso neoliberal, onde existem a desvalorização e o controle. Aqui fica claro que o trabalho e a educação estão interligados, sendo que o capital está “usufruindo” para seu controle, dominação e expansão. Ou seja, é urgente e necessário o resgate da essência do trabalho e da educação, lutando contra a hegemonia burguesa e contra o capital.

Acredita-se na necessidade de existir mais pesquisas e debates sobre esses temas complexos, que defendem e advogam por uma educação revolucionária, reconhecendo a determinação social da prática educativa e considerando a concepção dialética do processo educacional. Diante disso, a escola não pode abrir mão da apropriação do saber elaborado e sistematizado, garantindo espaço para ação política e implodindo o modo de produção capitalista. Defende-se que a educação deve ser acessível à classe popular, sendo imprescindível a escola pública com acesso de todos à educação com qualidade. Proporcionando um desenvolvimento total, completo, multilateral dos alunos, em ambiente adequado para o ensino-aprendizagem e estimulando a importância do professor. Portanto, o domínio do conhecimento sistematizado é condição para o desenvolvimento humano e para o exercício da liberdade.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** (online). Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In:

Lombardi, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. – (Coleção educação contemporânea). p. 45-59.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. Educação além da profissão: educação pela superação do condicionamento ideológico. In: MATOS, Neide da Silveira Duarte de; SOUSA, Joceli de Fátima. Arruda.; SILVA, João Carlos da (org). **Pedagogia histórico-crítica: revolução e formação de professores**. Campinas: Armazém do Ipê, 2018. p. 53-66.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARINHO, Bruna Ramos; GOMES, Daniela Ramos Marinho. A pedagogia histórico-crítica e a transmissão dos conhecimentos científicos na formação das novas gerações: desvelando as confusões com a pedagogia tradicional. In: MARINHO, Bruna Ramos e PERTENELLA, Alessandra. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural: a defesa do conhecimento na educação das novas gerações (Série Estudos Reunidos, Volume 44)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 17-34.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3. Volume 6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1894.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Perspectiva marxiana do problema: subjetividade e intersubjetividade. (cap 1). In.: DUARTE, Newton. (org). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.p. 21-52.

VAZ, Joana D’Arc e FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. Os desafios do trabalho docente na sociedade capitalista. **Travessias**. Cascavel, v. 4, n. 1, p. e3618, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3618>. Acesso em: 20 fev. 2024.